



INFLUÊNCIAS HISTÓRICO-POLÍTICAS DO FUTEBOL NA HISTÓRIA DO BRASIL – USOS E FUNÇÕES

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3566

Pedro Aurélio dos Santos Luiz, UEL
Márcia Elisa Teté Ramos, UEM

Resumo

O futebol se mostra prática cotidiana na vida do brasileiro. Sua dinâmica promove, em momentos específicos, uma relação intrínseca com a História Política do Brasil, criando tom de arquibancada em eleições e palanque eleitoral em torcidas organizadas. Pelo fato de que as relações entre política e futebol são bastante recorrentes na História Pública, visto que seus saberes coexistem em múltiplos espaços e possuem usos e funções, este trabalho opta em retomar essa relação futebol-política em diferentes períodos da história nacional, desde o debate em torno do surgimento elitizado do esporte no país até a organização e fatídica derrota da seleção na Copa do Mundo de 2014, além de retratar o futebol como “fenômeno cultural total”, termo utilizado no livro *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura* de Hilário Franco Júnior (2007). Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, que busca analisar noções de jovens acerca das influências histórico-políticas do futebol no Brasil e se enquadra na linha de pesquisa sobre Ensino de História. Logo, entender as proposições que ligam o futebol e a política ao conceito de História Pública se mostrou mecanismo essencial para a compreensão da consciência histórica de jovens estudantes sobre noções de mudanças e permanências, capacidade de relacionar passado e presente, entendimento de conceitos substantivos, entre outras.

Palavras Chave:

Crônica; Alfonso X;
Nobreza História do
Futebol; História
Pública; Política; Ensino
de História.

“Ih lá vem mais... ih lá vem mais...
olha a bola tocada...virou passeio!
Gol da Alemanha!”

(Galvão Bueno, 08 de julho de 2014).

Galvão Bueno, icônico narrador brasileiro da principal emissora de televisão do país, teve o desprazer de narrar o pior momento da história da seleção brasileira de futebol, e que se tornou uma épica narração diante da inevitável decepção perceptível em sua fala pelo fato da goleada sofrida por 7 a 1 para a Alemanha.

Mesmo reconhecendo que circulam saberes na sociedade em que futebol e política são esferas paralelas, “Gol da Alemanha” e “geração 7 a 1” acabaram se tornando recursos linguísticos frequentes no Brasil, que serviram para representar o caos político vivido pelo país desde os anos 2014/2015. Após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, ocorreram muitos conflitos internos no executivo, oposição da Câmara dos Deputados para com a presidente, escândalos de corrupção em diversas instituições políticas, e assim tudo isso levou a sociedade brasileira a perceber que o problema do Brasil não era só sua seleção.

No Brasil, nos parece que situações futebolísticas por vezes se articulam com condições políticas específicas, ou vice-versa. Essa relação futebol-política se mostra tão coerente no contexto nacional que eleições para governantes criam tom de arquibancada, e torcidas organizadas viram palanque eleitoral.

A partir das manifestações que afloraram através do futebol para representar reivindicações políticas e pensando no caráter de popularização do conhecimento histórico especializado, neste momento propomos a interface entre o caráter político do futebol no Brasil relacionado à História Pública.

Por História Pública pensemos o conhecimento comum sobre a História, o saber histórico que circula na sociedade e que sofre as mais variadas influências. Para o historiador, esse saber é de grande importância, pelo fato de que o interesse histórico aglutina-se nas demandas dos movimentos sociais, políticos, culturais, econômicos.

A História Pública tem como interesse estabelecer a ponte entre o conhecimento histórico acadêmico e a sociedade não especializada, com o propósito de tornar o saber histórico que circula em meio aos inúmeros movimentos em um conhecimento organizado e sistematizado.

Sara Albieri (2011) comenta que a forma com que a pesquisa acadêmica se torna pública é superficial, restrita e não estabelece uma conexão apropriada. Os especialistas por muitas vezes se veem fechados em divulgações voltadas a eles próprios. Isso gera uma visão comum e frágil do que é História. Sendo que o pouco que sai da academia e chega à sociedade acaba por sustentar e alimentar essa visão comum.

Para a autora, a solução é simples, mostrar o que se é produzido ou que já fora produzido, tirar do casulo científico documentos que são de interesse público. Cabe ao historiador intermediar a cultura comum e a especializada. Neste ponto, o uso de manifestações presentes no cotidiano do brasileiro (cultura comum), como o futebol, é fundamental para a compreensão do comportamento social a partir de um conhecimento histórico especializado.

Logo, pelo fato de que as relações entre política e futebol são bastante recorrentes na História Pública, aqui opta-se em retomar esta relação futebol-política em diferentes períodos da história nacional, desde o debate em relação ao surgimento elitizado do esporte no país até a organização e fatídica derrota da seleção na Copa do Mundo de 2014,

além de retratar o futebol como fenômeno cultural total, termo utilizado no livro *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade, cultura* de Hilário Franco Júnior (2007).

Futebol e História

A chegada da prática futebolística no Brasil toma caráter quase místico quando relatada por inúmeros trabalhos organizados até os anos 90, desde clássicos como *História do futebol no Brasil 1895-1950* de Thomás Mazzoni (1950) até *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro* de Waldenyr Caldas (1990). Tais obras retratam o futebol como tendo um pai fundador, Charles Miller, que vindo de estudos na Europa trouxe os materiais necessários para a prática e organizou a primeira partida em São Paulo. Esses relatos são tradicionais e carregam um caráter quase de epopeia (SANTOS E DRUMOND, 2012).

A historiografia mais recente percebe o fenômeno de inserção do futebol no Brasil como bem mais dinâmico e não restrito apenas ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Observa a prática do futebol vinda de diversos locais simultaneamente, desde as folgas de trabalhadores dos setores navais no litoral brasileiro, quanto a recreação em escolas católicas em regiões do interior do país (PEREIRA, 2000).

Pensando no propósito de direcionar o surgimento do futebol atrelado à elite, o regime político brasileiro de fim do século XIX e início do século XX mostra-se turbulento em relação às disputas de poder entre as elites. A proclamação da República trouxe ao poder primeiramente uma elite ligada ao exército e pouco tempo depois uma oligarquia rural, desta forma, se via que o protagonismo elitista era presente e excluía toda forma de manifestação popular, o que não poderia ser diferente com o futebol.

Aspecto próximo da política brasileira e o cenário futebolístico nacional

era a clara divisão entre as classes. Havia a liga destinada aos clubes tradicionais como Paulistano, Fluminense, Palestra Itália, em seus respectivos estados, e as ligas alternativas, destinadas aos clubes compostos por jogadores de setores populares. Normalmente o negro se encontrava nas ligas alternativas, salvo casos como de Arthur Friedenreich, que vinha de família tradicional e que atuava no Fluminense. Foi autor do gol da seleção em seu primeiro título, mas fazia o possível para camuflar sua cor de pele e seus traços afrodescendentes.

A partir de 1930 com a tomada de poder por Getúlio Vargas e a posterior instauração de um regime ditatorial, marcado por uma política populista, o futebol passou a ter traços identitários e começou a ser utilizado pelo governo para conquistar o apreço dos setores populares.

Getúlio Vargas, com propósitos nacionalistas, se utiliza de práticas esportivas para conseguir o apoio popular necessário à manutenção de poder visto que o processo de elaboração de uma constituição demoraria um tempo considerável e que institucionalizar um regime político centralizado sofreria significativa oposição das tradicionais oligarquias regionais.

Essa estratégia teve auxílio de outros métodos além da profissionalização e modernização do futebol, como a popularização do rádio, que pôde levar as principais pelepas futebolísticas para os diversos cantos do país.

A partir das copas de 1938 e principalmente 1950, as intenções políticas em torno desses eventos se mostraram cada vez mais intensas. Em 38 Vargas promove a propaganda do escrete canarinho para que ídolos como Leônidas da Silva e Domingos da Guia transformassem seu apoio popular em apelo governamental. Lembrando que a partir de 1937 o regime político brasileiro entra em sua fase mais nacionalista, com a presença de mecanismos políticos de

controle federal, como a Polícia Especial e o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Um obstáculo na integração nacional foi a falta de infraestrutura do país e a dificuldade logística, isso também promoveu o retardamento da criação de um campeonato que buscasse abranger equipes de todas as regiões do país. O primeiro passo nesse sentido foi o torneio Rio-São Paulo, que eram os polos do futebol e os principais centros urbanos do país. As equipes desses estados promoveram confrontos que levava em conta não apenas a qualidade dos times, mas também as rivalidades entre as oligarquias regionais desses estados. Característica que também era presente na formação da seleção nacional.

O futebol é um elemento marcante na trajetória política brasileira, tendo sido em diversos momentos usado como ferramenta por estadistas, que aproveitaram seu apelo popular como meio de manipulação e condução das massas. Não se pode, no entanto, reduzir o significado do esporte apenas a isso: em certos momentos foi o próprio futebol, através daqueles com ele envolvidos e que dele dependiam, que se aproveitou da máquina política; bem como, em outros, ele se configurou como um simples reflexo de uma situação mais complexa e abrangente (SCHLATTER, 2009, p. 101).

Schlatter (2009) aponta essa via de mão dupla da relação futebol-política. O usufruto do sistema político pelo futebol é um dos fatores que proporcionaram a popularização do futebol e que criaram esse produto de

mercado que carrega tamanho valor¹.

Atualmente essas influências políticas dos clubes de futebol criam saldos com as instituições públicas, em relação à empréstimos em bancos públicos e afins, e cria figuras políticas com histórias atreladas às instituições de futebol, como deputados, senadores, ministros, etc.

Ainda sobre o populismo na década de 30, Franco Júnior (2007) analisa muito bem a interdependência entre o futebol e a política neste momento:

O processo que incorporava os torcedores ao universo do futebol brasileiro, estabelecendo um alargamento de sua base social, era o mesmo que incluía as camadas subalternas urbanas no jogo político nacional. E também nesse aspecto o rádio desempenhou papel decisivo. A emergência das classes populares sob a tutela do Estado foi consagrada pela regulamentação do salário mínimo e de uma série de outros direitos trabalhistas, bem como do voto secreto e sua extensão às mulheres por intermédio da Constituição de 1934. Com pulso firme e graças ao apoio obtido junto à população das grandes cidades, o novo arranjo político liderado por Getúlio Vargas enquadrava as oligarquias e reduzia a autonomia regional em nome da unidade nacional [...] (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 79).

O caráter identitário era uma grande preocupação de Vargas, e para ele o futebol possuía função social capaz de aproximar até integralistas e comunistas (LYRA FILHO, 1983 apud COSTA, 2006). Todos os setores de elite se enquadram na arquitetura política do

1 De acordo com a CBF em 2015 as transações de jogadores no Brasil movimentaram cerca de 306 milhões de reais. O 'mercado da bola' na Europa em 2017 movimentou cerca de 2 bilhões de reais. Os números demonstram a importância do futebol para o mercado financeiro mundial. <<http://www.cbf.com.br/noticias/a->

[cbf/transferencias-para-o-externo-numeros-do-mercado-da-bola#.WWN8dYgrLIU](http://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/transferencias-para-o-externo-numeros-do-mercado-da-bola#.WWN8dYgrLIU)> Acesso em: 10 de jul. 2017.
<http://espn.uol.com.br/noticia/669386_mercado-do-futebol-na-europa-duplica-valores-e-movimenta-mais-de-r-2-bilhoes> Acesso em: 10 de jul. 2017.

governo Vargas e o proletário encontra representação nas medidas trabalhistas promulgadas. O futebol contribuiu nessa dinâmica.

Com a Copa de 1950 no Brasil, o êxtase em relação a seleção brasileira era inevitável, os cronistas apontavam como a grande favorita ou até mesmo a campeã por antecedência, ainda mais com a ausência de seleções importantes como a Alemanha, e a desestruturação da defensora do título de 1938, a Itália. Lembrando que a Copa de 50 era o retorno da competição, que sofreu uma pausa devido às guerras mundiais.

O fim da excitação brasileira é trágico, até 2014 era a maior decepção do futebol brasileiro, o lamentável *Maracanazo*, no caso, a perda da final para o Uruguai por 2 a 1 sob a presença de quase 200 mil pessoas no estádio.

O “*modus operandi*” populista² continua com os governos democráticos de 1955 até 1964, ainda mais com o inédito título da Copa do Mundo de 1958, que pôs de vez a seleção canarinho entre os grandes times do mundo. Juscelino Kubitschek se apropriou desse feito para impulsionar sua propaganda desenvolvimentista.

A partir da segunda metade da década de 1950 o processo de modernização do Brasil se intensifica. As propostas para o desenvolvimento econômico do Brasil ganhavam cada vez mais adeptos, o complexo de inferioridade dos brasileiros começava a ser deixado de lado, a população passava a ver certo protagonismo em sua identidade.

No futebol, as decepções nas copas de 1950 e 1954 foram golpes intensos sofridos, que se acumulavam com as desesperanças pelo suicídio de Vargas e

a instabilidade política, que de 54 a 56 teve 5 presidentes.

Futebol: do apoio à oposição

Heróis haveriam de surgir³. Com anos de idolatria popular sobre políticos carismáticos e populistas, esperanças depositadas em mártires e salvadores da pátria, a história haveria de construir novos heróis para o povo, tanto no futebol como na política. Na política fora João Goulart, no futebol fora Garrincha e Pelé.

As conquistas nas copas de 1958 e o bicampeonato em 1962, além dos títulos do Santos FC na Libertadores da América e Mundial Interclubes em 1962-63, renovaram o protagonismo brasileiro. Na política, com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, que era vice, sofre com investidas conservadoras que chegam a instaurar o parlamentarismo no país para limitar seu poder de ação, contudo, sua popularidade que era significativa desde 1954 quando ministro e aumentou em 100% o salário mínimo, agora propunha inúmeras reformas de caráter popular que alavancou sua popularidade entre as massas (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Gol da Alemanha. 1964. Uma articulação liderada pelas Forças Armadas brasileira depõe João Goulart e estabelece um governo provisório de caráter autoritário e dá início aos anos de chumbo da história do Brasil.

O início do regime ditatorial no Brasil é marcado pela instabilidade política devido as inúmeras manifestações contrárias ao golpe de Estado e às contenções dessas oposições. Para essa transição, foi eleito o general Castello Branco pelo Congresso Nacional para governar até o fim do mandato de João

2 Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos,

específicos e permanentes (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998).

3 Tal afirmativa vem de acordo com a noção de que mitos políticos surgem em momentos de crise institucional como visto na obra de Raoul Girardet (1987) *Mitos e Mitologias Políticas*.

Goulart.

O termo “milagre econômico”, que diz respeito à década de 1970 durante a ditadura civil-militar brasileira, era utilizado pelo aparato publicitário do regime para expor um alto desenvolvimento econômico do país.

Segundo os professores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp (2003),

O milagre econômico foi um produto de uma confluência histórica, onde condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foram a ideia da legitimação pela eficácia, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados, e, ainda, o nacionalismo das forças armadas brasileiras, que fizeram inevitável a opção pelo crescimento, em lugar da construção de uma ordem liberal como fazia a vizinha Argentina (PRADO e EARP, 2003, p. 25-26).

O regime optou pelo crescimento ao invés da estabilidade. Não construiu pilares sólidos para a economia. Lembrando que esse crescimento não tinha a preocupação de melhorar as condições de vida da maioria dos brasileiros e que no momento nenhum economista se arriscaria a fazer análises “serenas” sobre a situação da economia do país.

A propaganda nos rádios e televisão era a via mais utilizada para a propagação de tais ideias. A censura e a repressão contra a oposição geraram ilusória sensação de calma no cenário político, visto que a esquerda se encontrava dissipada também (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Zagallo, bicampeão mundial, foi escolhido para o cargo de técnico, e promoveu a ascensão da nova geração de atletas e a manutenção de poucos ícones

dos títulos anteriores. O tri veio a calhar para a ditadura. “Pra frente Brasil”, “Ninguém mais segura esse país”, “Ontem, hoje, sempre Brasil”, alavancaram a campanha publicitária do período. O futebol fora tomado como um ótimo mecanismo de alienação, como expõe muito bem o filme *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006) de Caio Hamburger. O filme retrata o cotidiano de uma criança, filho de um casal de militantes políticos que são perseguidos pela ditadura nos preparativos para a Copa do Mundo de 1970, que na ocasião, é o foco principal das atenções populares.

A conquista do tricampeonato mundial fora amplamente explorada pelo regime;

Tal aspecto ecoava nas páginas da grande imprensa da época, que não tardou em ver a vitória brasileira como um fato eminentemente político. Os registros da alegria popular nas ruas ou do General-Presidente Médici recebendo a taça das mãos do capitão Carlos Alberto eram ladeadas por textos nos quais o futebol exerce o papel de defesa da pátria em perigo diante da ameaça revolucionária (FRAGA, 2013, p. 334).

Resultado da conquista na Copa no México foi a promoção de amistosos internacionais para a seleção canarinho com o propósito de vender a imagem do país como o mais próspero e que vivia um processo de desenvolvimento jamais visto.

Os investimentos em infraestrutura no Brasil cresceram consideravelmente, fruto de financiamentos principalmente dos Estados Unidos, que tinham uma grande preocupação com os processos revolucionários dos movimentos de esquerda que poderiam ocorrer em sua principal área de influência político-econômica, a América, e isso poderia criar pontos estratégicos para investidas soviéticas no continente, a exemplo do que ocorreu em Cuba a partir de 1959

(SCHOULTZ, 2000).

Conseqüentemente ao processo de integração nacional, foi criado um campeonato brasileiro de clubes, a partir de 1971, composto por 20 equipes. O início da década de 70 também é marcado pela construção de inúmeros estádios de futebol.

O “milagre” durou pouco. A crise do petróleo abalou a economia nacional. A instabilidade do regime veio à tona e os investimentos logo cessaram. A copa de 1974 poderia renovar as esperanças da “pátria de chuteiras (e boina militar)” (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Todo o aparato militar fora organizado para a preparação para a copa, no mesmo esquema de 1970, com poucas alterações. Mas o brilho dos jogadores já não era tão ensolarado. A sofrível seleção comandada por Zagallo se viu impotente perante o “carrossel holandês”⁴ na semifinal, 2 a 0.

As reações populares de insatisfação começaram, fato que demonstra um paralelo nas noções que circulavam na História Pública. Tanto contra a seleção quanto contra o regime militar. Começa o processo de desaparecimento da ditadura, fruto de intensas lutas sociais. O futebol que servira de propaganda, agora engloba setores de oposição.

Neste aspecto, acredita-se que a questão da consciência histórica é um conceito importante a ser levado em conta. O modo com que a sociedade lida com a experiência do seu tempo vivido e com as mudanças no mundo é importante para perceber as conseqüências de regimes de poder, principalmente os baseados no autoritarismo.

Segundo Albieri (2011),

[...] a manifestação da consciência

histórica se dá culturalmente; ela é prévia e mais fundamental que os símbolos sensoriais que se impõem à imaginação coletiva para a constituição de memórias históricas determinadas. Ela invoca uma condição primeva da humanidade, aquela de organizar historicamente a experiência do mundo. Segundo esse pressuposto, a prática histórica seria muito mais do que decorar os nomes do passado, ou tentar reproduzir, de um jeito verbal ou gestual ou através de rituais, esse patrimônio. É algo que condicionaria o modo próprio do homem de estar no mundo, anterior e mais fundamental que a formação de conhecimentos históricos específicos (ALBIERI, 2011, p. 26).

A sociedade brasileira passa a compreender diferente aquela situação do regime autoritário, não mais voltada ao apelo desenvolvimentista impulsionado por um forte aparato publicitário da ditadura, mas numa ótica crítica, visto que as demandas sociais não eram supridas. O conhecimento histórico produzido na academia promove a interface com os saberes que circulavam na sociedade. A censura e falta de representatividade já não faziam mais sentido.

O recurso à noção de consciência histórica permite fundamentar filosoficamente a passagem da história acadêmica para a história pública. Trata-se de uma visão teórica, que reconhece na condição humana o pressuposto histórico: pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura. Assim identificamos o mundo ao nosso redor, assim construímos nossa identidade: sempre com a consciência do tempo, sempre elaborando algum tipo de narração que envolve o

4 “Carrossel holandês” como era conhecida a seleção holandesa na copa de 1974 devido ao esquema tático sem posição fixas e com rápidas

alternâncias verticais. Fatidicamente foi vice-campeã, perdendo a final para a Alemanha Ocidental de Franz Beckenbauer, capitão e melhor jogador alemão, por 2 a 1.

passado e remete ao futuro (ALBIERI, 2011, p. 27-28).

Muitos jogadores como Sócrates, Casagrande, Wladimir, entre outros, demonstraram publicamente sua oposição às medidas antiliberais que o Estado impunha sobre as pessoas durante os tempos de AI-5. Esse autoritarismo refletiu nas administrações dos clubes de futebol, assim, os dirigentes exigiam dos atletas comportamentos específicos, desde barba feita, cabelos cortados, até proibição de consumo de bebidas alcoólicas e cigarros. O Corinthians é exemplo disso, antes da eleição de Waldemar Pires para a presidência do clube, a administração ficou por cerca de 30 anos nas mãos de Vicente Matheus, Alfredo Ignácio Trindade e Wadih Helu, todos mantiveram relações estreitas com o governo ditatorial ou promoveram autoritarismo dentro do clube. Inclusive, Helu foi um dos que pediram investigação do jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog, que por fim foi torturado e morto pelo regime (REGIS, 2004).

O cenário político no Brasil já se mostrava em ruínas. A ditadura civil-militar brasileira demonstrava desgaste considerável e buscava de muitas maneiras refortalecer seu partido que dava sustentação política, a Arena.

O futebol entrava em crise. E não só por razões econômicas. Com o aumento crescente de participantes a cada edição, para ampliar o espaço político do regime, o campeonato brasileiro chegou a reunir 94 clubes em 1979, consagrando a máxima “Onde a Arena vai mal, mais um clube no nacional” [...] (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 150).

O movimento em prol da democracia e por eleições diretas que surge dentro de um clube de futebol é a Democracia Corinthiana. Liderada por Sócrates, Casagrande e Wladimir, o movimento propôs a reformulação do método de preparação para os jogos e o

modelo de gestão dentro do Sport Clube Corinthians Paulista.

Segundo Martins e Reis (2013)

[...] A democracia Corinthiana pode ser compreendida como as duas gestões do presidente Waldemar Pires a frente do Corinthians, ocorridas entre março de 1981 e março de 1985. Neste período, foram estabelecidas formas menos autoritárias de gestão do clube e da equipe de futebol, na qual foi possível a participação dos jogadores no processo de tomada de decisão. Ademais, Democracia Corinthiana pode ser considerada um momento no qual se constituiu a possibilidade de uma maior conscientização sobre democracia no futebol e na sociedade, uma vez que, parte dos jogadores e um dirigente participaram também dos embates daquele contexto na campanha “Diretas-Já”. A conjuntura histórica da década de 1980 foi marcada pela ascensão dos movimentos sindicais e sociais no Brasil, criando um cenário em que seria possível a emergência do espaço no qual o jogador de futebol podia ser visto como cidadão, sujeito político (MARTINS e REIS, 2013, p. 1-2).

De acordo com os autores citados, o método utilizado na gestão do Corinthians não carrega os mesmos aspectos de um movimento social a exemplo dos movimentos sindicais e os protestos que reivindicavam abertura política e ofereciam enfretamento às elites políticas do período, pois seu intuito era a modernização do aparato administrativo dos clubes, voltado a maior valorização das propostas dos atletas, e que era dependente da aceitação do presidente do clube.

Porém, Martins e Reis (2013) reconhecem a importância do movimento devido a imersão dos jogadores de futebol no contexto político como sujeitos históricos, progresso na condição cidadã de agente crítico a um regime autoritário

de governo.

O futebol no Brasil após 1987

Segundo o conceito de “fenômeno cultural total”, elaborado pelo professor Hilário Franco Júnior, o futebol pode ser compreendido no estabelecimento de relações com os mais variados campos do saber, perpassa múltiplas perspectivas, desde políticas, sociais, econômicas, religiosas, linguísticas, psicológicas, etc. (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Para essa pesquisa, nós percebemos o futebol como um rico objeto para analisar os fenômenos políticos sob uma ótica crítica, sendo que possui valorosas fontes (entrevistas, imagens, relatos, livros) que evidenciam a importância desta prática esportiva na formação da sociedade brasileira.

Infelizmente, a produção acadêmica que promove a relação do futebol com o cenário sociopolítico brasileiro é escassa após o período de redemocratização. A produção que abrange esse tipo de análise fica muito restrita aos blogs e sites na internet, alguns com certa credibilidade e rigor científico e outros que figuram o senso comum.

A preocupação de muitas pesquisas como de Unzelte (2002), Santos (2012), Fraga (2013), é destinada a um recorte histórico que vai desde a chegada do esporte ao Brasil até o fim da ditadura civil-militar no país, ou melhor, a consolidação do campeonato nacional de clubes no Brasil.

Porém, um levantamento realizado por Giglio e Spaggiari (2010), mostra que a produção científica que tem como objeto principal o futebol está em franco crescimento, sendo que em 1990 apenas 5 dissertações de mestrado foram defendidas sobre o tema, e em 2009 foram

apresentadas 19 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado sobre futebol. Destes, 23% são da área de Educação Física, 19% na área de Ciências Sociais e 10% na área de História (as três áreas que mais pesquisam sobre o tema).

Esses dados possibilitam também perceber que a relação História Pública e a História acadêmica não é uma via de mão única (FRISCH, 2016), o conhecimento especializado saindo em direção a sociedade e esta a absorve na medida em que a convém. Esse mecanismo explicita bem a matriz disciplinar (RÜSEN, 2010) que aponta que as carências do presente promovem investigações futuras e que possibilitam orientações de mundo. A sociedade carrega essas carências e as leva à academia.

Com a conquista da Copa do Mundo em 1994, o estabelecimento de um regime democrático a partir da constituinte de 1988 e a eleição para presidente do então popular ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que havia lançado o Plano Real que controlou a inflação que aterrorizava os brasileiros desde os anos de chumbo, os clubes de futebol no Brasil puderam se estabelecer administrativamente, promoveram parcerias com empresas privadas (exemplo do Palmeiras com a Parmalat e do Corinthians com o empresário Kia Joorabchian), e obtiveram significativas conquistas de âmbito internacional⁵.

Atualmente os clubes ainda acumulam dívidas com o governo e dívidas trabalhistas, mas adotaram gestões de caráter empresarial, com exploração de jogadores da base para vendas ao exterior. Basicamente, hoje os grandes clubes brasileiros se renderam às demandas do “mercado da bola” e passaram a investir e a lucrar altas cifras com transações de jogadores, transmissões televisivas,

5 Libertadores conquista por Grêmio (1995), Cruzeiro (1997), Vasco (1998), Palmeiras (1999),

São Paulo (2005), Internacional (2006), Internacional (2010), Santos (2011), Corinthians (2012), Atlético Mineiro (2013).

contratos com patrocinadores, bilheterias, etc⁶.

O maior acesso à informação nos dias de hoje e a capitalização do futebol por fim gerou um *mass media* intenso que aumentou muito a visibilidade dos clubes brasileiros, desta maneira, o futebol se vê ainda mais incluído na História Pública.

Talvez a influência direta dos clubes de futebol na política brasileira não seja tão intensa quanto antigamente, ou mesmo o uso do futebol por parte dos governos não seja tão significativo, contudo, a prática ainda é muito presente no cotidiano do brasileiro, e os saberes históricos que relacionam o futebol à política também o são.

Em tempos onde a História é “[...] como uma das bússolas orientadoras da vida política, social e cultural contemporânea (MAUAD, ALMEIDA e SANTHIAGO, 2016, p. 11)”, nada mais significativa que compreender o conhecimento histórico que é propagado na sociedade e elucidar carências de orientação através de conhecimento especializado e sistematizado, e que este seja viável ao grande público, que volte a ele, caso contrário, não há função social na profissão do historiador.

Referências

- ALBIERI, S. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. O. (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.
- CALDAS, W. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro**. São Paulo: Ibasa, 1990.
- FRAGA, G. W. **A bola, a nação e a memória. História: debates e tendências**, v. 13, n. 2, jul./dez. 2013, p. 328-342.
- FRANCO JUNIOR, H. **A Dança dos Deuses:**

Futebol, Cultura, Sociedade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

FRISCH, M. A história pública não é uma via de mão única, ou, de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Org.).

História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GIGLIO, S. S.; SPAGGIARI, E. A produção das ciências humanas sobre o futebol no Brasil: um panorama (1990 – 2009). **Revista de História**. São Paulo, n. 163, p. 293-350, jul./dez. 2010.

HAMBURGUER, C. **O ano em que meus pais saíram de férias**. [Filme]. Produção Globo Filmes, Lereby Produções, Gullane Filmes. Rio de Janeiro, 2006, DVD, 104 min., cor.

FILHO, J. L. **Introdução à psicologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Record, 1983, p.128. Apud COSTA, M. S. D. Os Gramados do Catete: futebol e política na Era Vargas (1930 – 1945). In SILVA, F. C. T. e SANTOS, R. P. **Memória Social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

MARTINS, M. Z.; REIS, H. H. B. Diálogos críticos sobre a Democracia Corinthiana como movimento social. In: **XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE**, Brasília, DF. Anais (on-line). 2013. Disponível em <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2013/5conice/paper/view/5520> <acessado em 14/07/2017 às 16:24>

MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAZZONI, T. **História do futebol no Brasil 1895-1950**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

PEREIRA, L. A. M. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

6 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS – 2017 (ITAÚ

BBA)<https://www.itau.com.br/_arquivoestaticos/itauBBA/contents/common/docs/Analise_dos_Clubes_Brasileiros_de_Futebol_Itau_BBA_2017.pdf> Acesso em: 05 de set. de 2017.

REGIS, V. M. **O acontecimento da Democracia Corinthiana: cartografando estratégias de resistência ao modo de subjetivação capitalísticos através do plano das práticas esportivas.** Porto Alegre, 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

RÜSEN, J. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, J. M. C. M., DRUMOND, M. A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões. **Revista Tempo**, Niterói, v. 17

n. 34, 2012, p 19-31.

SCHLATTER, B. B. N. **Futebol e populismo: O esporte das multidões e a política das massas.** Revista do Historiador, v. 2, 2009, p. 94-103.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

UNZELTE, C. **O livro de ouro do futebol.** São Paulo: Ediouro, 2002.